

Projudi - Processo Eletrônico do Judiciário de Roraima

Início Ações 1º Grau Ações 2º Grau Parecer Citações Intimações Audiências Sessões 2º Grau Buscas Estatísticas Outros

Operação realizada com sucesso. Protocolo:
2475114520190910112445

Processo 0803274-29.2019.8.23.0010 ☆ - (217 dia(s) em tramitação)

Classe Processual: 7 - Procedimento Ordinário
Assunto Principal: 9597 - Seguro
Nível de Sigilo: Público

Informações Gerais

Informações Adicionais

Partes

Movimentações

Apensamentos (0)

Vínculos (0)

Realces

Realçar Movimentos de:

☐ Magistrado

☐ Servidor

☐ Advogado

☐ Membro MP

☐ Defensor

☐ Procurador

☐ Outros

☐ Audiência

Ocultar Movimentos:

☐ Inválidos

☐ Sem Arquivo

☐ Hab. Provisória

Filtros

Movimentado Por:

☐ Advogado

☐ Defensor de Justiça

☐ Entidades Remessa

☐ Magistrado

☐ Procurador

☐ Servidor

Sequencial(Intervalo):

ao

Data do Movimento(Período):

à

Descrição:

37 registro(s) encontrado(s), exibindo de 1 até 37

500 por pág.

1

Seq.	Data	Evento	Movimentado Por
<div><div></div></div>	37	10/09/2019 11:24:45	JUNTADA DE PETIÇÃO DE INTERPOSIÇÃO DE RECURSO Cumprimento de intimação - Referente ao evento JULGADA PROCEDENTE EM PARTE A AÇÃO (19/08/2019) JOÃO ALVES BARBOSA FILHO Procurador
37.1	Arquivo: Petição	Ass.: JOAO ALVES BARBOSA FILHOJOAO ALVES BARBOSA FILHO, Ass.: JOAO ALVES BARBOSA FILHOJOAO ALVES BARBOSA FILHO, Ass.: JOAO ALVES BARBOSA FILHOJOAO ALVES BARBOSA FILHO, Ass.: JOAO ALVES BARBOSA FILHOJOAO ALVES BARBOSA FILHO, Ass.: JOAO ALVES BARBOSA FILHOJOAO ALVES BARBOSA FILHO,	2566060RECURSODEAPELACAO02.PDF 2566060RECURSODEAPELACAOAnexo01.PDF 2566060RECURSODEAPELACAOAnexo02.PDF 2566060RECURSODEAPELACAOAnexo03.PDF 2566060RECURSODEAPELACAOAnexo04.PDF Público Público Público Público Público
36	30/08/2019 00:01:51	LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA (Pelo advogado/curador/defensor de EDNEY CONCEIÇÃO SOUZA) em 29/08/2019 com prazo de 15 dias úteis *Referente ao evento (seq. 32) JULGADA PROCEDENTE EM PARTE A AÇÃO (19/08/2019) e ao evento de expedição seq. 34.	SISTEMA CNJ
35	21/08/2019 14:26:24	LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA (Pelo advogado/curador/defensor de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A) em 21/08/2019 com prazo de 15 dias úteis *Referente ao evento (seq. 32) JULGADA PROCEDENTE EM PARTE A AÇÃO (19/08/2019) e ao evento de expedição seq. 33.	JOÃO ALVES BARBOSA FILHO Procurador
34	19/08/2019 15:20:11	EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO Para advogados/curador/defensor de EDNEY CONCEIÇÃO SOUZA com prazo de 15 dias úteis - Referente ao evento JULGADA PROCEDENTE EM PARTE A AÇÃO (19/08/2019)	ROSELY FIGUEIREDO DA SILVA Analista Judiciário
33	19/08/2019 15:20:11	EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO Para advogados/curador/defensor de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A com prazo de 15 dias úteis - Referente ao evento JULGADA PROCEDENTE EM PARTE A AÇÃO (19/08/2019)	ROSELY FIGUEIREDO DA SILVA Analista Judiciário
32	19/08/2019 11:47:18	JULGADA PROCEDENTE EM PARTE A AÇÃO	ANGELO AUGUSTO GRAÇA MENDES Magistrado
31	11/06/2019 08:28:05	CONCLUSOS PARA SENTENÇA Responsável: ANGELO AUGUSTO GRAÇA MENDES	Kennia Elen de Oliveira Lima Analista Judiciário
30	11/06/2019 00:05:10	DECORRIDO PRAZO DE EDNEY CONCEIÇÃO SOUZA (P/ advgs. de EDNEY CONCEIÇÃO SOUZA *Referente ao evento (seq. 23) JUNTADA DE LAUDO(08/05/2019) e ao evento de expedição seq. 25.	SISTEMA CNJ
29	24/05/2019 14:48:12	JUNTADA DE PETIÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DA PARTE	JOÃO ALVES BARBOSA FILHO Procurador



EXMO SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BOA VISTA/RR

Processo n. 08032742920198230010

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representadas, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **EDNEY CONCEICAO SOUZA**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.ª, apresentar seu **RECURSO DE APELAÇÃO**, o que faz consubstanciado nas razões anexas, requerendo seu regular processamento e ulterior envio à Câmara Cível.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

BOA VISTA, 5 de setembro de 2019.

JOÃO BARBOSA
OAB/RR 451-A

SIVIRINO PAULI
101-B - OAB/RR

PROCESSO ORIGINÁRIO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BOA VISTA / RR

Processo n.º 08032742920198230010

APELANTE: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A

APELADA: EDNEY CONCEICAO SOUZA

RAZÕES DO RECURSO

COLEDA CÂMARA,

INCLÍTOS JULGADORES,

Conforme apresentado na peça de bloqueio, a parte autora, ora Apelada, encontrava-se inadimplente com o prêmio do seguro, quando da ocorrência do sinistro, motivo pelo qual não há cobertura para o mesmo.

DA AUSÊNCIA DE COBERTURA

Não se verifica no caso em tela a cobertura do Seguro Obrigatório de Veículos – DPVAT, vez que a parte Apelada proprietária do veículo encontra-se inadimplente com o pagamento do prêmio do seguro obrigatório.

Resta comprovado nos autos que o veículo causador do acidente é de propriedade da própria vítima reclamante da indenização.

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES

DETRAN - RR
CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEICULO

Nº 011266036290

VIA 01 CDD-RENAVAM 00291564555 B.N.T.R.C. EXERCÍCIO 2013

NOME EDNEY CONCEICAO SOUZA

BOA VISTA RR

PLACA 867.177-532-60 PLACA 867.177-532-60

PLACA ANT. 862-44332-4K052855

VEICULO PAS/MOTOCICLETA/NAO APAREC COMBUSTIVEL GASOLINA

MARCA/MODELO HONDA/CB 300R

CAP/POT/CIL 2R/0291CC/

CATEGORIA PARTICU

COR PREDOMINANTE AMARELA

VENIC. COTA UNICA *FAG0*

VENIC. COTAS 1* ***** 2* ***** 3* *****

PAGO COTA UNICA

PREMIO TARIFARIO (R\$) R\$1.11 R\$292.01 DATA DE PAGAMENTO 11/01/2013

OBSERVAÇÕES AL.FID. ADM DE CONS NACIONAL HONDA CIVIC A PROIB SAIR DA AGAZ OCID

SEGURO DE VEICULOS DE VIA TERRESTRE, OU POR SUA CARGA, A TRANSPORTADAS OU NAO - SEGURO DPVAT

RR Nº 011266036290 BILHETE DE SEGURO

EST. 867 PARA MAIS INFORMACOES JRO DPVAT NO VERS AS CONDIÇÕES GERAIS DE COBERTURA

www.dpvatSegurodotransito.com.br

SAC DPVAT 0800 022 1204

EXERCÍCIO 2013 DATA 11/01/2013

VIA 01 CDD-RENAVAM 00291564555 B.N.T.R.C. EXERCÍCIO 2013

NOME EDNEY CONCEICAO SOUZA

BOA VISTA RR

PLACA 867.177-532-60 PLACA 867.177-532-60

PLACA ANT. 862-44332-4K052855

VEICULO PAS/MOTOCICLETA/NAO APAREC COMBUSTIVEL GASOLINA

MARCA/MODELO HONDA/CB 300R

CAP/POT/CIL 2R/0291CC/

CATEGORIA PARTICU

COR PREDOMINANTE AMARELA

VENIC. COTA UNICA *FAG0*

VENIC. COTAS 1* ***** 2* ***** 3* *****

PAGO COTA UNICA

PREMIO TARIFARIO (R\$) R\$1.11 R\$292.01 DATA DE PAGAMENTO 11/01/2013

OBSERVAÇÕES AL.FID. ADM DE CONS NACIONAL HONDA CIVIC A PROIB SAIR DA AGAZ OCID

PREMIO TARIFARIO

PREMIO (R\$) R\$129.04 DETRAN (R\$) R\$14.34 CUSTO DO CUSTO DO BILHETE (R\$) R\$4.15 IOF (R\$) R\$1.11

PAGAMENTO COTA UNICA PARCELADO

SEGURADORA LÍDER - DPVAT

Conforme podemos observar nas telas abaixo o autor encontrava-se inadimplente na data do sinistro:

Seguro DPVAT

Consulta a Pagamentos Efetuados

Sua busca por placa: NAO2469 UF: RR CATEGORIA: 09*

Exercício	Valor Pago	Situação	Declaração de Pagamento
2015	R\$292,01	Quitado	

Data Pagamento	Valor Pago
11/01/2016	R\$292,01

Exercício	Valor Pago	Situação	Declaração de Pagamento
2014	R\$292,01	Quitado	
2013	R\$292,01	Quitado	
2010	R\$88,96	Quitado	

(*) Motocicleta

[Voltar](#) [Imprimir](#)

ACESSIBILIDADE

COMO PEDIR INDENIZAÇÃO

Documentos Despesas Médicas
Documentos Invalidez Permanente
Documentos Morte
Dicas Indispensáveis

PAGUE SEGURO

Como Pagar

Seguro DPVAT

Calendário de pagamento

Selecione as opções abaixo para acessar o calendário de pagamento do Seguro DPVAT:

Exercício: 2015 UF: RR Final da Placa: 9 Categoria: 9 Pagamento: À vista [Consultar](#)

O prêmio do Seguro DPVAT será pago integralmente no vencimento da COTA ÚNICA ou da primeira parcela do IPVA, ou juntamente com o emplacamento ou no licenciamento anual, no caso de veículos isentos do IPVA, conforme disposto na **Resolução CNSP 273/2012** e na Portaria Interministerial 293/2012.

Categoria: 9

Final da Placa	IPVA (COTA ÚNICA)	Com Desconto?	DPVAT	Licenciamento
9	30/09/2015	SIM	30/09/2015	30/11/2015

RR: TABELA DE VENCIMENTO DO IPVA E DO SEGURO DPVAT DE 2015

ACESSIBILIDADE

COMO PEDIR INDENIZAÇÃO

Documentos Despesas Médicas
Documentos Invalidez Permanente
Documentos Morte
Dicas Indispensáveis

PAGUE SEGURO

É cristalino que a parte Apelada não preenche os requisitos necessários para ser indenizada em razão da mora do pagamento do Seguro DPVAT. Assim, não há em que se cogitar cobertura securitária para o caso concreto, conforme Resolução 273/2012¹.

Como qualquer outro seguro, o DPVAT é um contrato aleatório, onde a seguradora, mediante uma contraprestação pecuniária, assume a responsabilidade de indenizar o segurado na hipótese de ocorrido o sinistro.

Por certo, o inadimplemento por parte dos proprietários de veículos, gera um desequilíbrio no provisionamento, ao passo que a seguradora não recebeu o pagamento que lhe era devido. Assim, a ausência de quitação do

¹ Art. 12º. O Seguro DPVAT garante cobertura por danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não. § 7º fica dispensado o pagamento da indenização ao proprietário inadimplente.

prêmio, inviabiliza a manutenção regular do contrato, ensejando um aumento nos valores do prêmio, a fim de harmonizar o balanço atuarial da seguradora, onerando os demais proprietários.

Ademais, se deve frisar o caráter social do Seguro DPVAT, evidenciado pela destinação do prêmio pago pelos proprietários de veículos automotores. Digno de destaque, que o valor pago a título de prêmio é rateado de forma que 45% dos valores arrecadados são direcionados ao Fundo Nacional de Saúde – FNS, para custeio de tratamento de vítimas de acidente na rede pública, no Sistema Único de Saúde-SUS e 5% são destinados aos programas educativos que buscam prevenir a ocorrência de novos acidentes.

Frisa-se que a ausência de pagamento pelo proprietário gera um prejuízo a toda sociedade, na medida, em caso de inadimplência do seguro, os valores não são repassados aos programas sociais, programa saúde pública e programas educadores de prevenção de acidentes.

Conforme antedito, o Seguro DPVAT exclui da cobertura o sinistrado, quando este for o proprietário do veículo e se encontrar inadimplente em relação ao pagamento do prêmio, quando da ocorrência do acidente. Por certo, a exclusão da cobertura restringe-se somente ao acidentado-proprietário inadimplente, mantendo-se toda a cobertura no que tange a terceiros.

É exatamente este o entendimento que ensejou a edição do verbete sumular nº 257 do STJ, posto que os casos concretos que foram julgados naquela corte tratavam de situações onde a vítima não era o proprietário do veículo, sendo, portanto, prescindível a discussão acerca do pagamento ou não do prêmio, uma vez que, indiscutivelmente, aqueles acidentados tinham direito ao recebimento da indenização.

Assim, o posicionamento do Superior Tribunal de Justiça buscou, tão somente, resguardar o direito de terceiros quando não realizado o pagamento do prêmio pelo causador do sinistro.

Portanto, feita a devida análise nos precedentes da súmula 257, STJ, quais sejam: REsp 200838/GO; REsp 67763/RJ; e REsp 144583/SP, temos que a mesma trata de situações jurídicas distintas, quando confrontado ao teor Resolução 273/2012 do CNSP, conforme quadro comparativo que segue:

RESOLUÇÃO 273 /2012 DO CNSP	SÚMULA 257, STJ
Exclui da cobertura a vítima, quando esta for proprietária do veículo causador do acidente, estando este inadimplente.	Garante o recebimento do seguro a TERCEIROS vítimas de sinistro causado por proprietário de veículo inadimplente.

Consigne-se, por oportuno, que a interpretação que deve ser dada à Súmula 257, STJ, corroborando com a exegese do art.7º, §1º da Lei 6.194/74², garante à seguradora consorciada o direito de regresso em face do proprietário inadimplente em caso de eventuais valores que se desembolsem com as vítimas de sinistros quando o evento for causado por proprietários inadimplentes.

Ora, se o §1º do art. 7º da Lei 6.194/74 prevê o direito de regresso em face do proprietário inadimplente, e houvesse condenação da Seguradora em indenizar o referido proprietário, a parte autora figuraria tanto como credora, como devedora dos valores indenizatórios.

² Art. 7º A indenização por pessoa vitimada por veículo não identificado, com seguradora não identificada, seguro não realizado ou vencido, será paga nos mesmos valores, condições e prazos dos demais casos por um consórcio constituído, obrigatoriamente, por todas as sociedades seguradoras que operem no seguro objeto desta lei. § 1º O consórcio de que trata este artigo poderá haver regressivamente do proprietário do veículo os valores que desembolsar, ficando o veículo, desde logo, como garantia da obrigação, ainda que vinculada a contrato de alienação fiduciária, reserva de domínio, leasing ou qualquer outro.

II - ATÉ R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente;
e

O método de INTERPRETAÇÃO GRAMATICAL das normas jurídicas resolve prontamente a questão. O emprego da **preposição até parece significar um limite máximo**, uma escala de grandezas dentro da qual, dependendo do fator relevante, a indenização **poderá variar de nenhum à até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos)** em caso de indenização por invalidez permanente.

Destarte, NÃO HOUVE UMA EQUIPARAÇÃO de duas situações distintas – invalidez permanente e morte, para um único efeito; indenização no valor invariável de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

Logo, depreende-se, sem necessidade de grande esforço HERMENÊUTICO, que a indenização securitária DPVAT não pode ser fixada ALÉM do teto máximo para toda e qualquer lesão física, pois pela interpretação da norma contemplada na letra "b" do art. 3.º da Lei 6.194/74, determina que a cobertura a título de invalidez permanente seja paga de forma proporcional a lesão suportada pelo beneficiário.

CONCLUSÃO

Diante de todo o exposto, e por tudo mais que dos autos consta, confia a Recorrente no alto grau de eficiência desse Egrégio Tribunal de Justiça, a fim de que seja reformada *in totum* a r. sentença proferida pelo MM. Juiz “a quo”, dando provimento ao presente recurso.

Restando inconteste a ausência de cobertura para o sinistro noticiado, ante a ausência de pagamento do prêmio do Seguro DPVAT, se impõe o provimento deste recurso, com a consequente improcedência da presente ação.

Requer o provimento do presente recurso, para que o **limite máximo da condenação** não ultrapasse o valor contido na **Tabela de Graduação** da Lei 11.945/2009, a observar o grau de invalidez efetivamente experimentado pelo Apelado.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

BOA VISTA, 5 de setembro de 2019.

JOÃO BARBOSA
OAB/RR 451-A

SIVIRINO PAULI
101-B - OAB/RR

SUBSTABELECIMENTO

JOÃO ALVES BARBOSA FILHO, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/CE 27.954-A, **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/ RJ sob o nº 144.819; **JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/ RJ sob o nº 140.522; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/ RJ sob o n.º 152.629 substabelecem, com reserva de iguais, na pessoa do advogado **SIVIRINO PAULI**, inscrito na **101-B - OAB/RR** os poderes que lhes foram conferidos por **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, nos autos de Ação de Cobrança de Seguro DPVAT, que lhe move **EDNEY CONCEICAO SOUZA**, em curso perante a **2ª VARA CÍVEL** da comarca de **BOA VISTA**, nos autos do Processo nº 08032742920198230010.

Rio de Janeiro, 5 de setembro de 2019.



JOÃO ALVES BARBOSA FILHO - OAB/RR 451-A

FERNANDO DE FREITAS BARBOSA - OAB RJ 152.629

JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO- OAB RJ 140.522

JOAO PAULO RIBEIRO MARTINS - OAB RJ 144.819



86680000000-6 48070574106-8 02019092000-7 10190038486-4

GUIA DE ARRECAÇÃO JUDICIÁRIA

Órgão: FUNDO ESPECIAL DO PODER JUDICIÁRIO DE RORAIMA	CNPJ: 05.741.060/0001-89	Agência: 3797-4	Conta: 51669-4	Valor do Documento: R\$ 48,07	Vencimento: 20/09/2019
Comarca: BOA VISTA	Nº G.A.J.: 010.19.0038486	Valor da Causa: R\$ 13.500.00	Processo: 0803274-29.2019.8.23.0010		
Contribuinte: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvt S/a				CPF/CNPJ: 09.248.608/0001-04	

Autenticação Mecânica



86680000000-6 48070574106-8 02019092000-7 10190038486-4

GUIA DE ARRECAÇÃO JUDICIÁRIA

Órgão: FUNDO ESPECIAL DO PODER JUDICIÁRIO DE RORAIMA	CNPJ: 05.741.060/0001-89	Agência: 3797-4	Conta: 51669-4	Valor do Documento: R\$ 48,07	Vencimento: 20/09/2019
Comarca: BOA VISTA	Nº G.A.J.: 010.19.0038486	Valor da Causa: R\$ 13.500.00	Processo: 0803274-29.2019.8.23.0010		
Contribuinte: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvt S/a				CPF/CNPJ: 09.248.608/0001-04	

Descrição das receitas

01. APELAÇÃO
02. Taxa Judiciária II

Valor R\$

R\$ 18,07
R\$ 30,00

OBS.:
**PAGÁVEL EM QUALQUER AGÊNCIA BANCO DO BRASIL OU PAP – CORRESPONDENTE BANCO DO BRASIL
CASO A PARTE SEJA AMPARADA POR SIGILO PROCESSUAL, O CONTRIBUINTE DEVERÁ PROVAR, OBRIGATORIAMENTE,
NO PROCESSO DE ORIGEM DESTES PAGAMENTOS, AS INFORMAÇÕES DE QUITAÇÃO DESTA GUIA COM A JUNTADA DE
COMPROVANTE BANCÁRIO CONTENDO O CÓDIGO DE BARRAS DA GUIA.**

R\$ 48,07

Autenticação Mecânica



SISBB - SISTEMA DE INFORMACOES BANCO DO BRASIL
05/09/2019 - AUTOATENDIMENTO - 16.17.25
1251301251 SEGUNDA VIA 0041

COMPROVANTE DE PAGAMENTO

CLIENTE: J BARBOSA ADVOGADOS ASS
AGENCIA: 1251-3 CONTA: 31.969-4
=====

Convenio	FUNDEJUR - REC CUSTAS JUD
Codigo de Barras	86680000000-6 48070574106-8
	02019092000-7 10190038486-4
Data do pagamento	05/09/2019
Valor Total	48,07

DOCUMENTO: 090510
AUTENTICACAO SISBB: 4.CBB.FC4.716.AAD.882

Transação efetuada com sucesso por: J7663175 JOAO PAULO RIBEIRO MARTINS.

Data de atualização dos valores: ABRIL/2010	
Indexador utilizado: IPCA-E (IBGE)	
Juros moratórios simples de 1,00% ao mês - a partir de 16/10/2009	
Acréscimo de 0,00% referente a multa.	Honorários advocatícios de 10,00%.

-		
18/8/2009 - 12.555,00		R\$.12.920,80
Juros moratórios de 16/10/2009 a 1/4/2010 - (6,0000%)		R\$.775,24

Sub-Total	(=)	R\$.13.696,04
Honorários advocatícios (10,00%)	(+)	R\$.1.369,60

TOTAL GERAL	(=)	R\$.15.338,64

Intimação Para SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A**Processo nº 010.2009.912.782-0**

Promovente(s)	Nome:	EDNEY CONCEIÇÃO SOUZA
	Endereço:	Logradouro: RUA JORGE FRAX, 286 - CAIMBÉ nº 286 Bairro: CAIMBÉ, Cidade: BOA VISTA-RR
Promovido(s)	Nome:	SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
	Endereço:	Telefone: 02138614600 Logradouro: Rua Senador Dantas nº 74 Complemento: 5º Andar Bairro: CENTRO, Cidade: RIO DE JANEIRO-RJ
Data da Postagem da Intimação	5 de Janeiro de 2010 às 14:09	Data de Intimação Automática
Data da Intimação	7 de Janeiro de 2010 às 14:36	Prazo Cumprimento
Assunto		1º Dia Prazo:
Complementares		
Classe		
Tipo de Intimação	On-Line	Último Dia Prazo:
Distribuição	4 de Setembro de 2009 às 11:13:16	Data cumprimento
Pessoal ?	NÃO	Leitor: Sivirino Pauli
Juízo	1º Juizado Especial Cível de Boa Vista	
Documento Relativo	Julgada procedente a ação (05/01/10)	
Texto da Intimação		

Imprimir

SENTENÇA

Vistos, etc.

Relatório dispensado, nos termos do art. 38, da Lei n.º 9.099/95.

Não se justificando a designação de audiência de instrução e julgamento, julgo antecipadamente a lide, nos moldes do art. 330, I, do CPC.

Decido.

Inicialmente, cumpre ao Juízo analisar as preliminares arguidas pela ré. Não procedem.

Quanto a alegada ilegitimidade da promovida, insta salientar que, tratando-se de seguradora, existe solidariedade passiva entre todas elas, conforme expressa previsão da Súmula n.º 4, da E. Turma Recursal, do TJRR, *verbis*:

"Súmula 04 – O consórcio obrigatório do seguro DPVAT institui solidariedade entre as seguradoras participantes, de modo que, independentemente de qual delas tenha liquidado administrativamente o sinistro, qualquer uma poderá ser demandada pela respectiva complementação de indenização, inocorrendo ilegitimidade passiva por este motivo".

Quanto à alegada necessidade de prova pericial, insta salientar

que o promovente anexou o Laudo de Exame de Corpo de Delito – Lesões Corporais, que atesta a existência de uma debilidade permanente no autor, decorrente do acidente de trânsito descrito na inicial.

Assim, não há que se falar em complexidade da causa, sob o argumento de necessidade de produção de prova pericial. Nesse sentido, a também novel Súmula n.º 06, da E. Turma Recursal, do TJRR:

"Súmula 06 – Inexiste complexidade de causa a afastar a competência do juizado especial quando os autos exibem prova da invalidez através de laudo oriundo de órgãos oficiais, como o INSS e o IMOL".

Assim, por conseguinte, afastadas as preliminares arguidas, passa-se à análise do mérito.

Não assiste razão à ré com relação à tese de que a quitação dada à seguradora, sem ressalvas, configuraria obstáculo à pretensão deduzida na exordial. Nesse sentido posicionou-se a E. Turma Recursal do TJRR, na Súmula n.º 03, a seguir transcrita:

"Súmula 03 – A quitação é limitada ao valor recebido da seguradora, não abrangendo o direito à complementação da indenização, cujo valor decorre de Lei".

Relativamente à alegada necessidade de se verificar o grau de invalidez da promovente, reformulando entendimento anterior, filio-me ao entendimento da E. Turma Recursal, que manifestou acerca do tema, conforme previsto na Súmula n.º 05 que segue:

"Súmula 05 – Descabe cogitar acerca de graduação da

invalidez permanente para fins de indenização do seguro DPVAT; havendo a invalidez, desimportando se em grau máximo ou mínimo, devida é a indenização no patamar de quarenta salários mínimos, ou do valor máximo vigente na data do sinistro”.

Assim, não havendo que se falar em diferenciação de grau de invalidez para fins de indenização, não há necessidade, portanto, da parte autora comprovar o grau de sua invalidez.

De se destacar que é aplicável ao caso concreto a Lei n.º 11.482/07, tendo em vista que o sinistro ocorreu quando aludida Lei já estava em vigor.

Nesse sentido, a Súmula n.º 02, da E. Turma Recursal, do TJRR:

“Súmula 02 – *A alteração do valor da indenização introduzida pela Lei n.º 11.482/07 é constitucional, sendo aplicável apenas aos sinistros ocorridos a partir de sua vigência, que se deu em 31 de maio de 2007”.*

Quanto ao valor da indenização, cumpre ao Juízo transcrever a Súmula n.º 07, da E. Turma Recursal do TJRR, parte final, *verbis*:

“Súmula 07 – *(...) Outrossim, para os sinistros ocorridos à partir de 31 de maio de 2007, a apuração da indenização, havendo ou não pagamento administrativo parcial, deverá tomar por base o valor em moeda corrente vigente na data da ocorrência do sinistro”.*

Assim, restando comprovado no caso concreto que houve uma debilidade permanente no promovente (laudo do EP 1), tem-se que o valor total a ser

indenizado é de R\$ 13.500,00, pois na época do sinistro (26.06.07), a Lei n.º 11.482/07, que estipulou o valor aludido, já vigorava.

Por fim, considerando que a promovente já recebeu o montante de R\$ 945,00, conforme reconheceu, o valor da indenização deve limitar-se a R\$ 12.555,00.

ISTO POSTO, julgo procedente o pedido para condenar a ré a pagar à autora o montante de R\$ 12.555,00 (doze mil, quinhentos e cinqüenta e cinco reais), devidamente corrigido desde a época em que o sinistro foi liquidado (18.08.09 – EP 1) e acrescido de juros legais a contar da citação (EP 26).

Em razão da procedência do pedido, declaro resolvido o mérito, nos termos do artigo 269, I, do CPC.


Após o trânsito em julgado da sentença, aguarde-se o pagamento espontâneo da ré, no prazo de 15 dias, sob pena de multa no percentual de 10%, nos termos do artigo 475-J, do CPC.

Transcorrido o prazo aludido sem manifestação da demandada, apure-se e atualize-se o valor da dívida.

P. R. I.

Boa Vista, 17 de dezembro de 2009.

(Assinado digitalmente)
Alexandre Magno Magalhães Vieira
Juiz de Direito

 **Depósito em continuação e Nova Parcela de Primeiro Depósito**

Comprovante de Pré-Cadastramento de Depósito Judicial

Número da ID do Depósito: 03797300420100004 - 9

Valor: 15.338,64

Nome do Depositante: SEGURADORA LIDER
DOS CONSORCIO

Processo: 1.020.099.127.820

Número da Guia: 01

Data do Cadastramento: 30/04/2010

Este documento não é válido como recibo.
O depósito só será confirmado após o ingresso
do recurso financeiro.

IMPRIMIR Imprimir guia Retornar

NR.278 - Depósito Judicial RDO
30/04/2010 14.10.33 2234-10390 0734066 00104
Valor Total R\$ 15.338,64
Em Dinheiro R\$ 0,00
Em Cheque R\$ 15.338,64
2234-9 LOTE 00.000
Cda CHIXA 132.736.476
Cda RDO Judicial 4.700.132.736.476 Parcela 001
REU SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIO
AUTOR EMREY CONCEICAO SOUZA
Processo: 1020099127820 Justica: E
Data/mo da Guia: 30/04/2010 01

NR.278 - Depósito Judicial RDO

AUTOR

REU SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIO